



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM LICENCIATURA EM SOCIOLOGIA**

PAULA LÚCIA MORAIS

**UMA DISCUSSÃO SOCIOLÓGICA SOBRE A RECIPROCIDADE E A
COOPERAÇÃO CAMPONESA**

**CAMPINA GRANDE
2020**

PAULA LÚCIA MORAIS

**UMA DISCUSSÃO SOCIOLÓGICA SOBRE A RECIPROCIDADE E A
COOPERAÇÃO CAMPONESA**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Departamento de Sociologia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em Sociologia.

Área de concentração: Sociologia Rural.

Orientador: Prof. Dr. Francisco de Assis Batista.

**CAMPINA GRANDE
2020**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

M827u Morais, Paula Lúcia.
Uma discussão sociológica sobre a reciprocidade e a
cooperação camponesa [manuscrito] / Paula Lúcia Morais. -
2020.
15 p.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Sociologia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Educação, 2020.
"Orientação : Prof. Dr. Francisco de Assis Batista ,
COORDENAÇÃO DO CURSO DE SOCIOLOGIA - CEDUC."
1. Comunidade rural. 2. Campesinato. 3. Agricultura
familiar. 4. Reciprocidade. 5. Cooperação. I. Título
21. ed. CDD 307.72

PAULA LÚCIA MORAIS

UMA DISCUSSÃO SOCIOLOGICA SOBRE A RECIPROCIDADE E A
COOPERAÇÃO CAMPONESA

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado ao Departamento de
Sociologia da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial à
obtenção do título de Licenciada em
Sociologia.


Área de concentração: Sociologia Rural.

Aprovada em: 14/12/2020.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Francisco de Assis Batista (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Jomar Ricardo da Silva
Universidade Estadual da Paraíba



Profa. Dra. Nerize Laurentino Ramos
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Com amor a toda minha família,
especialmente aos meus “pacotinhos”,
Erom e Bárbara, sobrinhos amados, e a
meu pai Edézio (*in memoriam*).

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	6
2. DE CAMPONÊS TRADICIONAL A AGRICULTOR FAMILIAR: ALTERAÇÕES CONCEITUAIS NO UNIVERSO DO CAMPESINATO.....	6
2.1 A reciprocidade e a cooperação no campesinato: de Mauss a Sabourin..	8
3. A AGRICULTURA FAMILIAR: MAIS QUE UM TRABALHO, UM MODO DE VIDA.	11
3.1 A pedagogia da alternância: algumas considerações.....	12
4. METODOLOGIA.....	13
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	14
REFERÊNCIAS.....	14

UMA DISCUSSÃO SOCIOLÓGICA SOBRE A RECIPROCIDADE E A COOPERAÇÃO CAMPONESA

MORAIS, Paula Lúcia¹

RESUMO

O presente trabalho trata sobre os valores de reciprocidade e cooperação no campesinato. O objetivo pretendido é analisar como estes valores se mantêm vivos no meio rural, especificamente na agricultura familiar, modalidade de trabalho camponês em que se ilustram bem os conceitos acima citados. Destacando como a importância deste trabalho a percepção do meio rural enquanto espaço de vivência e sociabilidades, para além de um espaço destinado ao trabalho. Para abordar a temática, foi feita uma pesquisa de revisão bibliográfica de natureza exploratória, em que foram escolhidos textos de MAUSS (2003), QUEIROZ (1976), SABOURIN (2009) e WANDERLEY (2004). Desta forma, um diálogo entre os autores foi estabelecido, a fim de compreender como os conceitos analisados se interrelacionam num panorama geral ao somar suas diferentes perspectivas. À guisa de conclusão, aponta-se como este trabalho pode contribuir com a continuidade da exploração desta temática tão significativa para o entendimento do campesinato enquanto parte fundamental da sociedade e cenário que perpetua práticas culturais tão longevas.

Palavras-chave: Ruralidades. Agricultura Familiar. Reciprocidade. Cooperação

ABSTRACT

The presente work deals with values of reciprocity and cooperation of peasantry. The intended goal is to analyse how these values keep alive in the rural environment, specifically, in the familiar agriculture, a kind of farmer job where can be illustrated the mentioned concepts above. Detaching like a importance of this work the perception about rural environment as a living space and sociabilities, beyond a space for work. To board the thematic, there was a bibliographic research of exploratory nature, where were chosen texts of MAUSS (2003), QUEIROZ (1976), SABOURIN (2009) and WANDERLEY (2004). So, a dialogue among the authors was established, in order to understand how the analysed concepts interrelate in a general panorama to add their diferente perspectives. Just as conclusion, points out how to this work can contribute with the continuity of exploration of this so significant thematic for peasantry comprehension as fundamental part of Society and scenario that perpetuates so longevous cultural practices.

Key words: Ruralities. Familiar Agriculture. Reciprocity. Cooperation

¹ Graduanda em Sociologia pela Universidade Estadual da Paraíba. paulamoraيسةstetica@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

As relações humanas são fundamentais para a estrutura de nossa sociedade. É exatamente a capacidade de interação com o outro que constitui o que se compreende por socialização, permitindo assim que o indivíduo assuma também o papel de ator social, saindo da esfera subjetiva e adentrando no espaço coletivo. No entanto, este espaço coletivo se fragmenta em múltiplas faces e cenários, abrindo infinitas possibilidades de reflexões, questionamentos e análises. A exemplo do trabalho aqui apresentado, o espaço rural abre um leque de possibilidades acerca de questões sociais e políticas a serem abordadas, dada a sua peculiar organização comunitária e modo de vida. As ruralidades, de um modo geral, instigam o caráter pesquisador, sendo o elemento motivador para este estudo, sobretudo no âmbito da agricultura familiar.

O objetivo geral a ser alcançado é uma análise sucinta, porém satisfatória, a respeito dos valores indissociáveis de reciprocidade/cooperação no campesinato. Esse objetivo se traça a partir do seguinte questionamento: De que maneira os valores de reciprocidade e cooperação se manifestam na agricultura familiar? O que se pretende aqui é simplificar o entendimento de como esses valores resistem às mudanças históricas, observadas em uma modalidade específica (a agricultura familiar). De maneira mais específica, faz-se necessário, primeiramente, compreender as mudanças dos conceitos de campesinato, camponês e agricultor familiar e, por este motivo, o trabalho se inicia com um comentário a respeito desses conceitos. Em seguida, uma explicação a partir da Sociologia e Antropologia é oferecida, a fim de esclarecer qual é a relação da política de trocas e da reciprocidade enquanto valor cultural. Para tanto, é utilizada a modalidade de revisão bibliográfica, com base nas teorias de MAUSS (2003), SABOURIN (2009) e WANDERLEY (2004)

Em suma, o trabalho aqui apresentado almeja contribuir com a reflexão dentro e fora do meio acadêmico, para que assim seja possível ampliar os olhares sobre o meio rural (campesino), enquanto atores sociais capazes de cultivar, além do que se planta e colhe, valores afetivos que contribuem também para a perpetuação de sua cultura.

2. DE CAMPONÊS TRADICIONAL A AGRICULTOR FAMILIAR: ALTERAÇÕES CONCEITUAIS NO UNIVERSO DO CAMPESINATO

Compreender a evolução do conceito de camponês para agricultor familiar significa percorrer um trajeto de lutas, resistência e afetividade para com o trabalho de plantar e colher. Muito mais do que uma atividade laboral, a agricultura familiar traz consigo um rico conjunto de valores e princípios pautados na familiaridade com a terra, de forma a estabelecer um vínculo de pertencimento do agricultor para com o lugar de vivência.

O conceito de campesinato desenvolveu-se e continua se dinamizando de acordo com o processo de luta pelo reconhecimento como categoria trabalhadora e, por conseguinte, pelo direito à terra, ao mesmo tempo que se associa às novas significações de outros conceitos. Partindo dessa premissa, pode-se entender que o campesinato é um conceito que se renova e se adapta conforme o momento histórico em que está situado. A exemplo disto, o termo “camponês” popularizou-se, no Brasil, durante o surgimento das Ligas Camponesas, denotando a categoria

trabalhadora não assalariada e que não possuía vínculos trabalhistas bem definidos além de, obviamente, não ter terras. Já o termo “agricultor familiar” abrange uma interpretação mais ampla e dual, em que uma das perspectivas aponta que esta categoria se limita ao que o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) propõe a respeito de auxílio para pequenos produtores e outra se refere aos trabalhadores do campo que tentam se adaptar às exigências do mercado, conforme nos aponta Maria de Nazaré Wanderley: “A ideia central é a de que o agricultor familiar é um ator social da agricultura moderna e, de uma certa forma, ele resulta da própria atuação do Estado”.(WANDERLEY, 2004, p. 44)

Ao longo da história, o campesinato tem se apresentado como uma categoria que, apesar de sua tendência dinâmica e evolutiva, manifesta também a capacidade de preservação de valores socioculturais caracterizados de forma peculiar, se comparados aos hábitos citadinos. Isto posto, é válido recordar que as tradições e o modo de vida são fatores imprescindíveis na compreensão dos conceitos de camponês, agricultor familiar e campesinato, amplamente analisados na literatura e em diversas áreas do conhecimento das ciências humanas, tal como a História e as Ciências Sociais. Uma das obras mais significativas e ilustrativas sobre este sujeito social é a emblemática *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, que aborda de forma magistral a relação afetiva do sertanejo com o seu território, para além do conservadorismo político e influência religiosa. Consta nesta obra a célebre frase “O sertanejo é, antes de tudo, um forte”. De acordo com as impressões deste autor durante sua estadia em Canudos, o isolamento geográfico da população interiorana seria o principal motivo para a manutenção dos costumes presentes desde a época colonial.

Entretanto, há de se apontar algumas percepções negativas a respeito do que se ponderava sobre o campesinato e sua colaboração para o desenvolvimento do povo brasileiro, sobretudo no tocante à mestiçagem: esta era vista como uma característica negativa do povo camponês (QUEIROZ, 1973, p. 7), certamente baseando-se em fundamentos eugenistas, dado o marco histórico da Segunda Guerra Mundial. Felizmente, esta perspectiva não sobreviveu por muito tempo, dada sua ineficácia científica. Porém, a respeito da tão enaltecida frase de Euclides da Cunha, bem como toda a caracterização do sertanejo em sua obra, o que ocorre é uma ilustração de cunho racista a respeito do dito “mulato”. Nas palavras dele, “A uniformidade, sob estes vários aspectos, é impressionadora. O sertanejo do norte é, inegavelmente, o tipo de uma subcategoria étnica já constituída” (CUNHA, 1902, p.45).

A literatura também tratou de representar este ator social. A obra *Urupês*, de Monteiro Lobato apresenta, de forma caricata, o camponês, através do personagem Jeca Tatu. A imagem do caipira como um preguiçoso ou acomodado estigmatizou, de certa maneira, os trabalhadores rurais, de modo que dificultou conhecer a verdadeira face do camponês: aquele que, mesmo geograficamente distante do espaço urbano, integra-se a este espaço, inclusive no aspecto mercantil, sem abandonar suas características tradicionais com relação aos seus valores socioculturais e seu *modus vivendi*. Tanto no campesinato tradicional quanto na agricultura familiar, a reciprocidade e a cooperação estão presentes, conferindo a vivacidade característica do campo. Assim sendo, veremos como estes conceitos se aplicam na prática em relação aos sujeitos sociais do campo.

2.1 A reciprocidade e a cooperação no campesinato: de Mauss a Sabourin

Assim como qualquer meio social, o espaço campesino é dotado de características peculiares que o diferem dos demais. Possivelmente, no senso comum, ainda predomina a ideia de que o campo se limita a um espaço de labuta e exploração da mão-de-obra, sendo privado de serviços básicos essenciais, como assistência à saúde e a educação, ou dispõe deles, mas de maneira limitada, com qualidade inferior. A ideia de “lugar atrasado” ainda povoa o pensamento de muitos.

No entanto, a realidade, já há muito tempo esclarecida, é que o campo é um lócus de vida, sociabilidades, afetos e manifestações culturais de diversos tipos. Para compreender essas características, faz-se necessário perceber a influência de dois valores cultivados desde as sociedades ditas primitivas, indissociáveis entre si, mas que ainda se mantém muito vivo no campesinato: a reciprocidade e a cooperação. Busquemos compreendê-los desde sua origem, a partir da dádiva – não como o verbete apresentado nos dicionários, mas sim a partir do célebre estudo de Marcel Mauss (1872-1950), *Ensaio sobre a dádiva*.

Publicado pela primeira vez em meados dos anos 1920, o trabalho de Mauss apresenta de forma extremamente rica como se davam as trocas em civilizações antigas, como Escandinávia, Polinésia, Melanésia e no Noroeste Americano. O motivo primordial para a existência das trocas em forma de contratos e presentes era a ausência de um sistema econômico que utilizasse de uma unidade monetária específica para as permutas necessárias ao funcionamento daquelas sociedades. Assim sendo, o valor simbólico exercia grande poder sobre tais trocas, sobretudo nas instituições religiosas, jurídicas, etc.

Mauss introduz a pesquisa a partir da exposição de um poema, o *Havamál*, que trata sobre generosidade, hospitalidade e amizade. Assim, já desenvolve a atmosfera necessária para a compreensão do que é a dádiva e de como ela se manifesta. O primeiro ponto do trabalho aponta o que o autor chama de prestações totais e os bens uterinos e bens masculinos, que resulta na representação da honra a partir de determinados rituais (o casamento, os nascimentos dos filhos, etc.), atribuindo aos anfitriões o prestígio que lhes é necessário perante seu grupo.

A seguir, dois elementos essenciais do *potlatch* propriamente dito são nitidamente atestados: o da honra, do prestígio, do *mana* que a riqueza confere, e o da obrigação absoluta de retribuir as dádivas sob pena de perder esse *mana*, essa autoridade, esse talismã e essa fonte de riqueza que é a própria autoridade. (MAUSS, 2003, p. 195)

A partir do exemplo acima, já se pode perceber que honrarias, amabilidades e contratos são formas simbólicas de dádiva, a partir do momento em que se percebe, em cada um desses acontecimentos, a necessidade ou o dever de retribuí-los. No entanto, também com relação a objetos, o princípio da dádiva se aplica, de forma que até hoje sobrevive, inclusive em nossa cultura – a necessidade de retribuir o que se ganha. Para compreender este fenômeno, é preciso compreender o que Mauss denominou como “o espírito da coisa dada”, a partir da sua análise na tribo dos Maori e do que lhe foi informado por um membro da tribo:

[...]Ora, esse *taonga* que ela me dá é o espírito (*hau*) do *taonga* que recebi de você e que dei a ela. Os *taonga* que recebi pelos *taonga* (vindos de você), é preciso que eu os devolva. Não seria justo (*tika*) de minha parte

guardar esses *taonga* para mim, fossem eles desejáveis (*rawe*) ou desagradáveis (*kino*). Devo dá-los de volta, pois são um *hau* do *taonga* que você me deu. Se eu conservasse esse segundo *taonga*, poderia advir-me um mal, seriamente, até mesmo a morte. [...]” (ibid., p. 198)

De acordo com a citação acima, o chamado *taonga* é um objeto qualquer, e o *hau* é o “espírito” deste objeto. Negligenciar a obrigação de retribuir o *taonga* implica em uma possível sanção, seja um mal de qualquer natureza, seja até mesmo a morte. Ora, tudo aquilo dotado de espírito é vivo, de modo que o objeto entregue ao donatário leva consigo algo do doador. Daí a necessidade de retribuição: fazer com que o *hau* retorne ao proprietário de origem.

Para que se cumpra o dever de retribuir, é imprescindível que haja também duas outras ações: a ação de dar e a de receber. Assim se forma o ciclo da tríplice obrigação, necessária para a manutenção da ordem do grupo, nos aspectos morais e jurídicos. A ação de ofertar resulta no reconhecimento, na honradez, na boa fortuna. É através do dar que se conquista o status de autoridade e respeito. Tão obrigatório quanto dar é o ato de receber; a recusa de uma oferta denota em duas situações antagônicas: ou se admite o status de derrotado, assumindo assim seu desprestígio, ou denota proclamar-se vencedor, de maneira arrogante ou, ainda a arrogância propriamente dita. E, assim como já explanado acima, o dever de retribuir remete à ideia de devolver algo àquele que o ofereceu, para que volte ao seu lugar de origem. A tríplice obrigação não se limita a oferta, aceitação e retribuição de objetos, mas também a amabilidades, troca de favores e contratos simbólicos. A partir do *potlatch* (traduz-se por nutrir, consumir. Se relaciona com festividades e com a tríplice obrigação), percebe-se a importância do ciclo dar-receber-retribuir no que tange aos contratos simbólicos. O não cumprimento dessas ações pode resultar em embates e guerra.

O estudo de Mauss revolucionou as ciências sociais por apresentar, através da pesquisa em sociedades ditas primitivas, o âmago das trocas a partir da dádiva. No entanto, não se aprofunda tanto a respeito da reciprocidade propriamente dita, mas já nos permite contemplar sua origem. Para uma teorização mais aprofundada da reciprocidade e, por conseguinte, da cooperação, Éric Sabourin nos mostra como esses valores se desdobram no campesinato.

Sabourin analisa a reciprocidade entre os camponeses do Brasil, a partir do conceito de comunidade, que é a forma mais atual de socialização entre os camponeses e agricultores familiares. A vivência social nos também chamados sítios traz a sensação de pertença, partilha, religiosidade etc. Todas essas características se relacionam com a reciprocidade, na medida em que sugere uma troca e o estabelecimento de um vínculo. O autor aponta que

A comunidade camponesa existe também em função de um sentimento de pertencimento a um grupo, de uma identidade coletiva e do compartilhamento de saberes, práticas e, sobretudo, valores que a constituem. Uma vez que a origem destas comunidades também é ligada à religião, esta constitui muitas vezes um dos principais valores simbólicos de referência comum. Para os camponeses, por definição, ‘a comunidade’ é aquela que reúne as ‘famílias que rezam juntas’. (SABOURIN, 2009, p. 51)

Ou seja, o valor religioso está imbricado à essência da comunidade, já que uns se ligam aos outros, estabelecendo uma relação de interdependência, além de

trocas constantes de gestos e valores. Da mesma forma, o parentesco se apresenta como um traço frequente nas comunidades, vistos que elas se originam a partir de uma descendência comum. A própria comunidade é organizada politicamente de modo a perpetuar a dinâmica da solidariedade. Os bens comuns são administrados de forma a atender com o máximo de igualdade cada uma das famílias. Sobre isso, Sabourin nos diz:

A comunidade, tradicionalmente dirigida por um conselho de chefes de família, rege o acesso aos recursos coletivos: a terra, em particular os pastos comuns, a água e os equipamentos comuns. Ela acerta os litígios nos casos de arrendamento. Suas competências se estendem até as práticas de redistribuição e troca de trabalho ou solidariedade interfamiliar. Esta solidariedade se manifesta nas doações de alimentos e sementes, bem como nas ajudas de trabalho sem retorno sistemático, no caso de uma colheita ruim, doença ou acidente em uma das famílias” (ibid., ano, p. 51)

Um outro atributo fundamental nas comunidades é a hospitalidade; o ato de acolher, abrigar, servir ao outro se caracteriza como uma forma de reciprocidade, quando se entende que este é um dever de todos. Não são raras as calorosas recepções sertanejas por todo o país que, originalmente, consistiam em acolher viajantes e vaqueiros. A tendência contemporânea é que se crie uma atmosfera de familiaridade entre quem oferece a hospitalidade e quem a recebe.

Além do pioneirismo de Mauss, Sabourin também aborda a teoria da reciprocidade a partir de outros autores, sobretudo quando se aborda esta teoria enquanto alternativa econômica. Assim, dialoga com a perspectiva de Polanyi, que sugere que a reciprocidade também como uma alternativa mercantil, partindo de três aspectos: a reciprocidade propriamente dita, denotando uma determinada organização de parentesco; a redistribuição, a partir da existência de um centro no grupo que faça essa redistribuição e, finalmente, a troca, como sendo uma ferramenta de integração social. Em seguida, apresenta a perspectiva de Dominique Temple, que questiona a possibilidade de haver reciprocidade desinteressada, ou seja, dar por princípios, apenas por pensar no outro, sem expectativas de retorno. Fala também do caráter estruturante da reciprocidade, a partir do que aponta Lévi-Strauss e apresenta a seguinte assertiva de Mireille Chabal:

Falamos aqui de estruturas de reciprocidade e pressupomos a reciprocidade em um sentido antropológico: a natureza dos elementos associados por meio da estrutura não é indiferente. A reciprocidade vincula atos; trata-se de atos de seres humanos, ou melhor, de seres vivos capazes de se tornarem humanos, graças à reciprocidade. A reciprocidade é antropogênica. Assim, quando falo de reciprocidade, refiro-me à relação intersubjetiva (melhor dizendo, “transubjetiva”) através da quais sujeitos, que não são preexistentes às suas relações, existem (Chabal *apud* Sabourin, 2009, p.59)

De acordo com a ideia de Chabal, o que estrutura a reciprocidade são valores e sentimentos humanos, além de se manifestar em diferentes direcionamentos: as estruturas de reciprocidade binária (contratos simbólicos, como casamento, apadrinhamento, etc.); As estruturas de reciprocidade ternária (aqui o que se pretende é assumir uma determinada responsabilidade, sendo basicamente relacionada aos laços familiares); Há também a reciprocidade centralizada, que se relaciona com o direcionamento de poder a um representante, seja um chefe, um líder religioso ou representante estatal.

Até aqui, foi possível observar algumas perspectivas diferentes sobre e reciprocidade, desde o clássico estudo de Mauss até o seu funcionamento na comunidade camponesa no contexto histórico mais recente. No entanto, o essencial a se perceber é que a reciprocidade está atrelada ao conceito de cooperação, na medida em que se baseia, sobretudo, na troca de gentilezas e favores, sobretudo no que diz respeito aos bens comuns, como o acesso à água e mesmo no tocante a produção. Nas ruralidades, este valor é vivo e pulsante, ainda mais quando se trata da agricultura familiar. Para uma compreensão mais nítida do porquê desse fenômeno, é válido discutir o caráter *modus vivendi* da agricultura familiar.

3. A AGRICULTURA FAMILIAR: MAIS QUE UM TRABALHO, UM MODO DE VIDA.

No Brasil, dentre as diversas formas de ruralidades, destaca-se principalmente a agricultura familiar, visto que essa modalidade de trabalho camponês traz consigo uma parte importante da história da agricultura no Brasil. Além disso, ela é consideravelmente importante para a economia capitalista e é extremamente representativa, por englobar subgrupos em sua construção: pequenos produtores, assentados, quilombolas, arrendatários, etc. Por outro lado, a agricultura familiar, que ilustra o conceito de campesinato, apresenta traços que ultrapassam o caráter mercantil, chamando atenção por sua forma sistemática de funcionamento, conforme aponta Nazaré Wanderley:

Esse caráter familiar se expressa nas práticas sociais que implicam uma associação entre patrimônio, trabalho e consumo, no interior da família, e que orientam uma lógica de funcionamento específica. Não se trata apenas de identificar as formas de obtenção do consumo, por meio do próprio trabalho, mas do reconhecimento da centralidade da unidade de produção para a reprodução da família, através das formas de colaboração dos seus membros no trabalho coletivo – dentro e fora do estabelecimento familiar –, das expectativas quanto ao encaminhamento profissional dos filhos, das regras referentes às uniões matrimoniais, à transmissão sucessória etc. (WANDERLEY, 2004, p.45)

Logo, isso implica dizer que essa modalidade de agricultura carrega consigo uma ampla bagagem de valores simbólicos, pois além de uma profissão inserida no sistema capitalista, é, sobretudo, um modo de vida, de maneira que, independentemente das alterações que essa modalidade agricultora sofra, tais valores resistem. Para o agricultor familiar/ camponês tradicional, os valores culturais são muito caros, sendo este o motivo de sua resistência. A luta travada por esses atores sociais tem como ideal a preservação de sua cultura, o que permite o reconhecimento de seu valor político e da importância de seu trabalho, devidamente ensinado de pai para filho, mantendo a tradição, segundo Bruno Jean:

[...] As pessoas identificadas na transmissão agrícola são as únicas que puderam aprender um ofício desde criança e de maneira contínua, até que estejam prontas para tornarem-se agricultores. Os resultados concretos de uma socialização tão precoce para a profissão se expressam numa forte reprodução social do grupo de agricultores, isto é, os produtores agrícolas atuais são filhos de agricultores, que são, também, por sua vez, filhos de agricultores e assim por diante (JEAN *apud* WANDERLEY, 2004, p.49)

Se a moderna agricultura assume um caráter progressista, concentrando seus investimentos no aparato tecnológico, o campesinato pauta-se em valores do passado (a força da tradição) e técnicas mais rústicas de trabalho, que serão passadas de pai para filho. Isso porque, para o camponês, a terra é como uma espécie de dádiva a ser cuidadosamente zelada durante sua exploração, já que ela oferece o necessário à sobrevivência. Aí entra em pauta os saberes camponeses como fator de relevância, que desencadeiam uma relação de proximidade e afetividade com a terra, bem como a capacidade que os agricultores familiares têm de adaptar-se a situações diversas. Ou seja: apesar da transição histórica de camponês para agricultor familiar, as raízes afetivas para com o local de trabalho e o modo de vida ainda permanecem resistentes.

O meio rural deve ser percebido como um espaço vivo, com uma tradição rica e própria, que resiste bravamente a padronização de costumes citadinos. Construiu-se então a ideia de que o espaço rural é puramente destinado a produzir o essencial ao consumo, tendo seus aspectos de sociabilidade completamente ignorados. Uma das áreas mais atingidas por essa óptica preconceituosa é a educação: não é raro que, no campo, as crianças cursem apenas a educação básica e se evadam da escola, se não possuírem condições de ir à cidade dar continuidade à sua formação. Isso nos faz refletir a respeito da padronização da educação, sempre pautada no modelo de educação urbana. O rural é visto pela perspectiva etnocentrista como sendo um lugar “atrasado” e “fora da civilização”. Em alguns locais, as crianças precisam caminhar muito até chegarem à escola, o que pode prejudicar seu desempenho, favorecendo ainda mais a evasão. A fim de um exemplo para ilustrar a relevância dos valores aqui abordados, é interessante perceber a educação do campo.

Nesse caso, qual seria uma possível solução para combater esse entrave? A partir deste questionamento, podemos considerar a pedagogia da alternância como uma opção, visto que ela visa manter os valores da agricultura familiar como fator relevante na formação, sendo uma modalidade educacional frequentemente utilizada nas escolas do campo. Para tanto, faz-se necessário saber o que é e como funciona.

3.1 A pedagogia da alternância: algumas considerações

Para compreender a pedagogia da alternância é necessário, de antemão, compreender algumas questões sobre a educação no campo. A educação do campo é um conceito que não se fecha, considerando sua capacidade de renovação e transformação. O espaço rural carrega particularidades que o tornam um espaço rico em cultura e diversidades, tornando-se um espaço cheio de vida e sociabilidades e não apenas um espaço destinado ao trabalho. Em função desses traços próprios, deve-se compreender a necessidade de que a educação assuma também um caráter peculiar, que acolha e mantenha as tradições ali presentes, mas sempre visando garantir ao espaço rural as demandas necessárias, assim como no espaço urbano. Sobre a educação do campo, Caldart afirma que: “Educação do campo é um conceito em movimento como todos os conceitos, mas ainda porque busca apreender um fenômeno em fase de constituição histórica; por sua vez a discussão conceitual também participa deste movimento da realidade[...].” (CALDART, 2012, p.28).

Em suma, o que se pretende apontar é que a educação do campo necessita ser compreendida enquanto um fenômeno dinâmico, que segue o curso da história e

por isso não se pode delimitá-la enquanto um conceito fechado, visto que ela acompanha os acontecimentos que a permeiam dentro do contexto histórico em que está situada. Essa modalidade de educação visa manter segura e viva a identidade do camponês, fazendo com que este se conscientize da classe social a qual pertence desde a infância, perpetuando assim o seu legado e mantendo as características particulares presente no seio camponês. A educação do campo é o resultado da luta e resistência dos movimentos camponeses para manterem viva sua identidade (CALDART,2012).

Se considerarmos essas informações, é possível entender que, para além da formação escolar, propõe-se também uma formação cidadã com forte viés político. Logo, a educação aplicada no espaço urbano não rende o mesmo efeito de conscientização necessária para a formação do camponês. Por isso a necessidade de que o campo tenha uma educação especialmente voltada para si.

A pedagogia da alternância favorece o aproveitamento necessário para aquilo que a educação do campo propõe. Isso porque essa modalidade pedagógica promove a fusão do conhecimento teórico ofertado pela escola e os múltiplos saberes promovidos pela vivência camponesa e que são imprescindíveis à sua resistência. Dessa forma, a Lei das Diretrizes e Base assegura que a educação do campo deve apresentar um currículo que mantenha essa flexibilidade. Do ponto de vista histórico, podemos defini-la da seguinte forma:

A pedagogia da Alternância é uma alternativa metodológica de formação profissional agrícola de nível técnico para jovens, inicialmente do sexo masculino, filhos de camponeses que perderam o interesse pelo ensino regular porque este se distanciava totalmente da vida e do trabalho camponês[...] (RIBEIRO,2012, p.133)

Grosso modo, a pedagogia da alternância consiste na fusão entre teoria e prática, em que os alunos ora estão no alojamento/ escola, ora estão em casa, colocando em prática o que aprenderam. Isso possibilita um efetivo aprendizado dentro da realidade experimentada pelo aluno camponês, para que ele se reconheça dentro do processo de aprendizagem. Para um resultado satisfatório, é fundamental que o professor esteja apto e exercer essa metodologia: deve conhecer a rotina de trabalho camponesa e é ideal que esteja habilitado a executar a pedagogia da alternância. O problema seria a carência da exploração da temática pelas universidades, o que talvez seja mais um entrave para os professores trabalharem sob essa perspectiva. Dessa maneira, a educação do campo faz-se necessária numa perspectiva inclusiva, para que os alunos camponeses possam ter acesso à educação de forma a manter-se também situado em sua cultura e tendo seus saberes de mundo acolhidos no processo educacional.

4. METODOLOGIA

Quando se propõe a pesquisar, independentemente do que seja, é imprescindível estabelecer um trajeto que irá nortear a sua execução. Para tanto, recursos metodológicos são ferramentas obrigatórias, visto que será através deles que o estudo proposto tomará forma, cumprindo assim o rigor científico. Diante disso, é necessário refletir sobre o que se pretende pesquisar e, a partir daí, buscar quais as ferramentas que melhor se adequam para o estudo pensado.

Para a execução deste trabalho, o que se propõe é uma pesquisa básica de revisão bibliográfica e de natureza exploratória, visto que a proposta aqui lançada é

aprofundar teoricamente os conceitos de reciprocidade/cooperação, especialmente quando se trata da vivência camponesa. Foram utilizadas fontes secundárias para o estudo. Assim sendo, a pesquisa se apresenta em dois momentos: primeiramente, é estabelecido um diálogo entre os autores utilizados para a revisão bibliográfica a respeito da reciprocidade/cooperação. Mauss (2003) e Sabourin (2009) são os teóricos escolhidos para fundamentar a pesquisa, já que foi Marcel Mauss, em Ensaio sobre a dádiva, que desencadeou uma reflexão sobre a origem das trocas. Já Éric Sabourin é referência mundial em estudos sobre o campesinato a partir da óptica da reciprocidade. O segundo momento do texto consiste em uma síntese do que é a agricultura familiar, já que é uma modalidade de vivência camponesa muito presente na contemporaneidade. Para tanto, as teóricas selecionadas foram Maria de Nazaré Wanderley (2004) e Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ruralidades, sob um panorama geral, oferecem diversas temáticas a serem exploradas, possibilitando assim o desenvolvimento de pesquisas diversas acerca deste meio social tão rico e plural. Ao final desta pesquisa, conclui-se que a reciprocidade e a cooperação não apenas são indissociáveis, como representam um valor camponês extremamente significativo para estes atores sociais, de modo a perpetuar seu vínculo com a terra e promover a fraternidade entre si nos mais diversos aspectos. Uma vez que o vínculo com a comunidade esteja ativo, a reciprocidade e a cooperação são partilhadas, assim se mantendo entre os membros da família e se estendendo para a comunidade como um todo. Por este motivo, é possível compreender que estes valores são fundamentais no processo de socialização dos membros desse grupo, sendo repassados a cada geração.

Ao concluir este trabalho, espera-se que ele tenha contribuído para novas pesquisas na área de ruralidades, despertando a curiosidade sobre novos estudos na Sociologia Rural. Estima-se também sua contribuição para o debate social a respeito das ruralidades, após compreender os referidos valores como características idiossincráticas de um grupo social de extrema importância nos aspectos social, político e econômico de nossa sociedade

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, 6.ed., Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara. Atualizada em 25/10/2011, ISBN 978-85-736-5819-4.

CALDART, Roseli Salete. Sobre educação do campo. In: **Curso de especialização em fundamentos da educação: práticas pedagógicas interdisciplinares: Concepção e fundamentos da educação do campo**. RASIA, Adalgisa; MONTEIRO, José Marciano; LIMA, Maria Goretti de. Et al (organizadores). Campina Grande: SEE/PB – UEPB, 2012.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. Disponível em:
http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=1800. Acesso em: 12/12/20.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão das trocas nas sociedades arcaicas. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003. (p.183-294)

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O sitiante tradicional brasileiro e o problema do campesinato. In: **O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil**. 2. ed. Petrópolis, Vozes, 1976. (p.7-31)

RIBEIRO, Marlene. Pedagogia da Alternância na educação rural/do campo: projetos em disputa. In: **Curso de especialização em fundamentos da educação: práticas pedagógicas interdisciplinares: Concepção e fundamentos da educação do campo**. RASIA, Adalgisa; MONTEIRO, José Marciano; LIMA, Maria Goretti de. Et al (organizadores). Campina Grande: SEE/PB – UEPB, 2012.

SABOURIN, Eric. Comunidades camponesas e reciprocidade. In: **Camponeses do Brasil: entre troca mercantil e reciprocidade**. Tradução de Leonardo Milani. 1. ed. Garamond, 2009. (p.47-69)

WANDERLEY, Maria de Nazaré Baudel. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade**. Disponível em:
<https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2014/06/Texto-6.pdf>. Acesso em: 05/12/2020